

ÍNDICE

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

1.1. A recente crise dos mercados financeiros	9
1.2. A austeridade em Portugal a partir de 2010	17
1.3. A atratividade das políticas de austeridade como solução para a crise	23
1.4. Os governantes podiam fazer melhor	30
1.5. As políticas de austeridade como um instrumento pouco liberal	34
1.6. Soluções alternativas de resposta à recente crise financeira	35
1.7. A lenta recuperação da economia portuguesa da crise financeira	41
1.8. A crise económica provocada pela pandemia da Covid-19	48

CAPÍTULO 2. AS POLÍTICAS DE AUSTRIDADE

2.1. Os fundamentos económicos das políticas de austeridade	55
2.2. A relação entre o crescimento económico e a dívida pública	66
2.3. A dinâmica recente da dívida pública	68
2.4. Porque falham as políticas de austeridade — as lições da História	76
2.4.1. As medidas de austeridade dos anos de 1920–30	76
2.4.2. Os exemplos dos anos de 1980–90	81
2.4.3. Os exemplos dos países de Leste depois de 2008	86

CAPÍTULO 3. A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA MONETÁRIA

3.1. Princípios de reação a crises e o impacto da política monetária	91
3.2. A condução da política monetária na situação de armadilha de liquidez	94
3.2.1. As políticas não convencionais de política monetária	95
3.2.2. Medidas ainda menos convencionais de política monetária	98

3.3. A reação do BCE à recente crise financeira	102
3.3.1. A resposta à turbulência nos mercados financeiros após agosto de 2007	103
3.3.2. A resposta à recente crise financeira após setembro de 2008	108
3.3.3. A resposta à crise das dívidas soberanas da Zona Euro após 2010	115
3.3.4. Perspetiva crítica da atuação do BCE	123
3.4. A reação do Banco Central Europeu à crise da pandemia da Covid-19	129

CAPÍTULO 4. O IMPACTO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL

4.1. Os multiplicadores orçamentais	143
4.2. O paradoxo da poupança	155
4.3. O paradoxo da flexibilidade	161
4.4. A política orçamental após a crise financeira	164
4.4.1. As limitadas medidas expansionistas do período 2008–2010	164
4.4.2. As medidas de austeridade aplicadas por Portugal após 2010	171
4.4.3. Os resultados das medidas de austeridade	175
4.5. A resposta da política orçamental à crise provocada pela pandemia da Covid-19	181
4.5.1. As medidas aprovadas ao nível da União Europeia	181
4.5.2. As medidas de política orçamental aplicadas por Portugal	185
4.5.3. Perspetiva crítica e os resultados dos estímulos orçamentais	187

CAPÍTULO 5. O FENÓMENO DE HISTERESE E A PERSISTÊNCIA DOS EFEITOS DAS CRISES

5.1. Conceito de histerese, propriedades e as suas implicações económicas	195
5.2. Os fundamentos microeconómicos da histerese no mercado de trabalho	198
5.2.1. Fatores do lado da procura de trabalho	199
5.2.2. Fatores do lado da oferta de trabalho	203
5.3. A evidência da existência de histerese na economia	206

CAPÍTULO 6. AS ALTERNATIVAS ÀS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE

6.1. Um plano integrado de recuperação económica	216
6.2. A política de investimento e o faseamento da consolidação orçamental	227
6.3. O problema do financiamento	234

6.3.1. O papel do BCE	235
6.3.1.1. O BCE como prestador de último recurso	235
6.3.1.2. A reestruturação da dívida pública	239
6.3.2. O papel da Comissão Europeia	246
6.3.2.1. O aumento do orçamento da União Europeia afeto ao investimento	246
6.3.2.2. A interpretação flexível das regras orçamentais da União Europeia	250
6.4. As medidas que podiam ter sido implementadas por Portugal	254
CAPÍTULO 7. CONCLUSÃO	259
Bibliografia	267
Índice remissivo	284